

BOLETIM ANFOPE n.3 Ano - 2019

Veja neste número:

Editorial

Resistência ao desmonte da Educação

Formação de Professores em discussão no CNE

Maio de Lutas

Contra o FUTURE-SE: privatização na Universidade pública

Seminário Nacional da ANFOPE

Atualize-se e Agenda

EDITORIAL

Este é o terceiro Boletim publicado pela ANFOPE em 2019, e tem, como os anteriores, a proposta de ser mais um instrumento de comunicação com seus associados acerca das nossas pautas de discussão diante do atual contexto.

O primeiro semestre de 2019 foi marcado por muitos ataques à educação, com destaque para os cortes do orçamento e o desrespeito aos resultados das consultas públicas para reitores e dirigentes de instituições federais, entre tantos outros. Ao longo do semestre, os sindicatos, movimentos sociais, estudantes e professores mobilizaram-se em grandes movimentos de paralisação e greves nacionais, como os ocorridos em 15 e 30 de maio, e no último 13 de agosto, entre outros, que demonstram que a mobilização nacional é fundamental. A Anfope, como membro do Fórum Nacional Popular de Educação FNPE, conclamou seus associados a fortalecerem esse movimento e a continuarem resistindo em defesa da educação pública.

Neste número apresentamos uma breve análise do contexto político dos oito primeiros meses do governo Bolsonaro, um informe sobre o Maio de Lutas que foi marcado por dois dias de grande mobilização. Também problematizamos como os cortes financeiros prejudicam a educação pública brasileira. Ainda trazemos neste boletim o tema da formação de professores cujo debate está no CNE.

Convocamos, ainda, todos a participarem do XII Seminário Nacional de Formação de Professores, em parceria com o Forumdir, o Forparfor e o Forpibid RP, que ocorrerá de 16 a 19 de setembro, na UFBA, ampliando as oportunidades de discussão e organização. Cabe ainda registrar a criação da revista da ANFOPE **Formação em Movimento**, cujo primeiro número será lançado oficialmente no evento.

Pela autonomia das Universidades, pela liberdade de cátedra, pela liberdade de ensinar e aprender, pelo pluralismo de ideias! Educação, sim! Retrocesso, não!

RESISTÊNCIA ao desmonte da Educação

Não à precarização, padronização, privatização e controle

A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, cumprimenta as entidades, os professores, os estudantes e todos os demais profissionais militantes que dia após dia resistem e lutam por uma educação de qualidade. Desde o início do ano de 2019 temos vivido tempos difíceis que nos assolam em diferentes âmbitos: políticos, educacionais e sociais. Ao reafirmar nossos compromissos historicamente assumidos em defesa da educação pública, de políticas de formação e valorização dos profissionais da educação e dos princípios democráticos, manifestamos repúdio ao desmonte e retrocesso em curso desde 2016, e ao acirramento desse processo, a partir de 2019.

A pauta que o atual governo federal e, em especial o MEC, vem anunciando nos oito primeiros meses de mandato indicam que o rumo, proposto de forma autoritária para a educação, é de intenso retrocesso: militarização das escolas, educação domiciliar, ministros despreparados e pouco abertos ao diálogo, cortes orçamentários na CAPES (bolsas) e CNPq, contingenciamento de 30% no custeio de universidades federais, intervenção em instituições federais e desrespeito à autonomia universitária e às consultas públicas para indicação de reitores. Cabe destacar ainda as edições e retratações de ações descabidas, como as filmagens de escolas na execução do hino nacional, os discursos desrespeitosos e as denúncias sem fundamentos sobre o consumo de drogas nas universidades, “fake news” que visam desacreditar instituições públicas de excelência e desviar o foco sobre os graves problemas que assolam o país.

O pacote que vem sendo preparado para/contra educação passa pela privatização, pelo controle extremo e fim da autonomia e pela precarização e sucateamento. Podemos listar uma série de medidas dentro desse contexto, tais como: fim do FIES, financiamento pelo mercado; parcerias público-privadas; venda do patrimônio imóvel; atribuir às universidades a função de captar recursos para custear despesas; fechamento ou fusão de universidades; reitorias formadas apenas por gestores; criação de “tribunais” para avaliar a postura dos professores em sala de aulas; juntas de governança nomeadas pelo presidente; administração nas mãos da iniciativa privada; demissão por “falta de desempenho” e incentivo à demissão voluntária, fechamento de cursos de ciências humanas; professores contratados sem concurso; repasse orçamentário atrelado à produtividade. A educação é um direito assegurado constitucionalmente, e o processo de desfinanciamento adotado no país com a Emenda Constitucional 95/2016, já se faz notar, e amplia, a cada dia, a exclusão de amplas camadas da população da escolarização. Assim, a atual política atingirá não somente as instituições e programas já consolidados, como também o lado mais frágil, os estudantes mais pobres e as regiões menos favorecidas, o que mostra a impiedade das políticas de ajuste econômico em curso que confirmam a histórica dualidade do sistema educacional brasileiro.

A ANFOPE denuncia o discurso que responsabiliza os professores e a escola pública pelos baixos resultados no desempenho dos estudantes, determinados em grande parte pelos baixíssimos e insuficientes investimentos para a educação pública, que diminuem a qualidade e acirram as desigualdades educacionais. A elevação da qualidade da educação pública requer a ampliação dos investimentos, assim como a formação dos professores não pode ser descolada da valorização desses profissionais, com a melhoria das condições de trabalhos, carreira e salários.

Não podemos nos calar diante do cenário de desmonte e retrocesso da política educacional e, assim, manifestamos nossa preocupação com a imposição de medidas que

impactam negativamente a educação como os cortes de verbas para a educação pública que ameaçam a qualidade e o direito à educação, as tentativas de criminalização de professores e gestores em sua atuação e de restrição da liberdade de ensinar e da autonomia das universidades, bem como a intervenção em diversos conselhos reduzindo a participação da sociedade civil. Reafirmamos que o Estado deve assegurar os princípios da gratuidade, da laicidade e da obrigatoriedade da educação pública, e seu dever com a oferta e financiamento da educação pública, direito de todos

O momento exige firmeza e ações propositivas ancoradas nos princípios constitucionais que promovam o debate e a luta em defesa da educação pública, laica, inclusiva e de qualidade referenciada nas demandas sociais da população. Manifestamos a preocupação, enquanto entidade, com os rumos da política educacional atual, e chamamos à resistência contra os processos de padronização, privatização, precarização e controle da educação. Os rumos da educação no Brasil precisam ser mudados, reafirmando o direito à educação e o exercício da democracia.

Formação de professores em discussão no CNE: IMPLEMENTAR JÁ A RES 02/2015

O Conselho Nacional de Educação (CNE) estuda uma proposta para alteração da Resolução CNE/CP nº2/2015 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores – e a elaboração de uma Base Nacional Comum da Formação de Professores, visando adequar a formação inicial e continuada à BNCC. Esse processo, desconsidera as críticas das entidades nacionais sobre os impactos danosos na qualidade da educação e da formação de professores se ocorrer a padronização proposta de forma impositiva pela BNCC, que em uma lógica estreita, pragmática e centralizadora dos processos educativos, reduz o currículo a um rol de competências que desconsideram a formação integral, em uma proposta empobrecida e desqualificada da formação.

A ANFOPE foi convidada a participar, em 4 de julho, de reunião, no CNE, da Comissão do Conselho Pleno que trata da Formação Inicial e Continuada de Professores. Na ocasião a presidente Lucília Augusta Lino, explicitou as posições da ANFOPE, reafirmando a defesa da Res. 02/2015, que traz uma proposta de formação ancorada nos princípios da base comum nacional, construídos historicamente pelo movimento dos educadores ao longo das quatro últimas décadas.

A Res. 02/2015 representa um consenso educacional construído no interior do Conselho Nacional de Educação, após um longo processo de debates, sobre uma concepção formativa da docência que articula a teoria e a prática, de forma indissociável, dentro de uma visão sócio-histórica e emancipadora, defendida pelas entidades acadêmicas do campo da educação. Tal concepção foi fruto de ampla discussão com a sociedade, inclusive em Audiências públicas, promovidas pelo CNE, amplificada em inúmeros eventos acadêmicos e publicações do campo educacional. A Res. 02/2015 fortalece uma concepção de formação indissociável de uma política de valorização profissional dos professores para formação, carreira e condições de trabalho, com implementação do piso salarial em todos os estados e municípios; de promoção de concursos públicos para docentes da educação básica, impedindo a contratação de professores em caráter precário e sem a formação adequada, conforme explicitado nas metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE). Assim, nos posicionamos também em defesa do PNE, repudiando a edição, nos últimos três anos, de medidas que impactam negativamente a educação e a formação de professores no país, como a BNCC e a reforma do Ensino Médio, entre outras.

Na reunião, discordamos do Parecer CNE/CP nº 7/2019 que considera “imprescindível editar uma nova resolução, inclusive porque, agora, será preciso dispor de tempo para rever, no seu conjunto, os dispositivos curriculares da formação de professores” e “para que a referida adequação curricular da formação docente seja implementada”, tendo em vista a aprovação o da Lei nº 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio) e a aprovação da BNCC da educação infantil e ensino fundamental (2017) e da BNCC do ensino médio (2018). Rejeitamos esse entendimento, pois consideramos que a Res. 02/2015, assegura que as IES formadoras de professores elaborem seu projeto institucional de formação, com autonomia. Nesse sentido, a presidente da ANFOPE, destacou, na reunião e em documento encaminhado, o equívoco do CNE propor a alteração da Res. 02/2015, tendo em vista que um número considerável de Instituições de Ensino Superior se encontram em processo de reformulação curricular, construindo e/ou atualizando e, na sequência, aprovando nas instâncias internas, seus projetos institucionais de formação e os projetos pedagógico-curriculares dos cursos, sendo que muitas já concluíram este processo, de acordo com Res. 02/2015.

Assim, reforçamos a relevância da elaboração dos projetos institucionais de formação ancorados na Resolução 02/2015, como determinado pelo próprio CNE, dentro de uma concepção de trabalho docente, formação, teoria e prática, inconciliável com o pragmatismo e o aligeiramento de uma formação sintonizada unicamente com a BNCC. É importante registrar que a BNCC, ao adotar a concepção de competências, retroage a propostas anacrônicas já superadas. Consideramos que o pretexto anunciado – a necessidade de adequação à BNCC – não é suficiente para a revogação ou alteração da Res. 02/2015, pois essa é uma prerrogativa de cada instituição e de seus projetos curriculares. Tal proposição gera instabilidade e insegurança desnecessárias e prejudiciais à efetiva materialização das diretrizes nacionais que elevariam de forma significativa a qualidade da formação de professores no país.

A Anfope reafirmou sua posição de repúdio ao processo de elaboração, discussão e aprovação da BNCC, questionada desde a sua primeira versão por Universidades e entidades do campo acadêmico, tanto pelos equívocos de formulação e a imposição de uma centralização e uniformidade curricular incapaz de considerar a diversa realidade das escolas, quanto pela condução desse processo. A complexidade de uma política curricular nacional é incompatível com a adoção de matrizes curriculares homogeneizadas, que ameaçam o princípio federativo republicano da autonomia dos sistemas estaduais e municipais de ensino e a construção dos projetos político-pedagógicos das instituições escolares, como determinado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Res. CNE/CB n.4/2010), e portanto criticamos, também, o modo como agora se planeja sua implementação nos Estados. O caráter impositivo da BNCC impossibilitou sua proposição como documento orientador, que poderia ter sido, para. A formação de professores não pode estar sujeita a uma BNCC que representa a prevalência de uma concepção esvaziada e reduzida de currículo, que privilegia posições defendidas por setores do empresariado interessados na padronização do ensino com fins mercadológicos. A BNCC é um instrumento de padronização de competências, conteúdos e habilidades, que esvazia a função social da escola e seu sentido público, numa concepção meramente pragmática e utilitarista distante da formação crítica, cidadã e emancipadora dos sujeitos que almejamos, e que favorece a vinculação a avaliações de larga escala de instituições, professores e estudantes, para a geração de índices de desempenho que em nada asseguram a melhoria do ensino ou a qualidade dos processos formativos. A BNCC reforça a lógica de avaliação dos professores da educação básica como forma de controle total dessa padronização imposta, com danos à construção da identidade profissional, da autonomia e do próprio sentido do trabalho de ensinar.

Ressaltamos, ainda, que a padronização pretendida pela BNCC favorece a desprofissionalização docente, a precarização e alienação do trabalho do professor, e traz de volta propostas desqualificadoras da formação, como a retirada da formação de professores das universidades, a extinção do curso de pedagogia para a docência no formato em que está hoje, e a retomada da formação do magistério para a educação infantil e séries iniciais, em nível médio ou pós-médio, em formato similar ao curso normal superior. Tais propostas

implicam na própria condição salarial diferenciada entre a formação de nível médio e nível superior. Portanto, defendemos o cumprimento da Resolução nº 2/1015, sem a descaracterização dos seus princípios formativos; com o acompanhamento e a avaliação do processo de sua implementação nas IES públicas e privadas, inclusive na efetivação de programas institucionais de formação continuada de professores das redes públicas.

Entendemos que a Res. 02/2015 materializou a construção de um projeto de formação dos profissionais da educação que traz os princípios defendidos pela Anfope, ao longo da sua história como movimento e entidade. Nesse sentido, **reafirmamos a defesa e a manutenção da Resolução 02/2015, sem alterações que a descaracterizem, e a autonomia das Universidades na elaboração de seus projetos institucionais de formação.** Assim, ao mesmo tempo em que manifestamos nosso repúdio à adequação automática da formação docente aos itens da BNCC, reafirmamos a autonomia dos projetos institucionais e a sua associação às demandas formativas e realidades locais. **Sem a garantia da manutenção da Res. 02/2015 e da autonomia das Instituições formadoras, corremos o risco de desqualificação não somente da formação docente, mas dos direitos à educação e à aprendizagem de crianças, jovens e adultos.** O momento político que o país atravessa exige dos órgãos colegiados cautela para evitar maiores retrocessos que comprometam a formação dos profissionais da educação em todo o país, tendo em vista os desmontes em curso que ameaçam a elevação da qualidade do ensino, que não pode ser confundida com o mero ranqueamento por desempenho de instituições educacionais, professores e estudantes.

Reafirmamos que formar professores é tarefa da Universidade e dever do Estado, e que este não pode impor a submissão à lógica reducionista e controladora da BNCC, menosprezando a construção coletiva de uma proposta de formação que assegure a autonomia intelectual e a capacidade crítica dos licenciandos, e o compromisso coletivo com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária

É necessário que forcemos a importância de se cumprir o Plano Nacional de Educação e de fortalecer o FNPE – Fórum Nacional Popular de Educação, bem como a articulação com as entidades nacionais do campo educacional e com os Fóruns nacionais ligados à formação de professores. Cabe ainda, estimular em âmbito local, o estreitamento dos vínculos com as IES formadoras e suas instâncias de coordenação das licenciaturas, assim como com os Fóruns de licenciaturas das IEs, os fóruns de educação e de formação docente, em âmbito municipal e estadual, e aprofundar nossa articulação com a escola básica, principalmente, junto aos professores e futuros professores (estudantes).

Construir essa resistência na práxis militante se faz necessária nesse momento de todo o nosso coletivo do campo progressista.

Maio de Lutas

Maio é um mês marcado, historicamente, e em âmbito internacional, pelas lutas da classe trabalhadora contra a exploração e a precarização do trabalho, e por melhores condições de vida para a população entre outras pautas históricas do movimento. O mês de maio de 2019 marca a história brasileira com dois dias de grandiosos protestos em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade referenciada no povo e contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, em especial contra a reforma da previdência.

A Greve Nacional da Educação marcou o dia 15 de maio com a adesão de mais de um milhão de pessoas, em todos os estados e no Distrito Federal, e em mais de 200 municípios, contra o bloqueio de verbas para a educação pública e contra a reforma da Previdência – que prejudica toda a classe trabalhadora e impacta diretamente na educação pública, atingindo não somente os trabalhadores da educação, mas também as famílias que são atendidas pelas escolas públicas. A pauta da Greve Nacional da Educação trazia ainda a valorização da educação pública, o respeito aos profissionais da educação e aos estudantes, a defesa do

direito constitucional à pluralidade e à diversidade de ideias, o fim do patrulhamento ideológico nas universidades e escolas de educação básica instigadas pelo Projeto de Lei da Mordaza, e contra a privatização da educação pública e a militarização das escolas públicas. O movimento alertou para a edição de políticas que impõem retrocessos cruéis, que afetam a vida e a dignidade das parcelas mais empobrecidas da população brasileira, impactando toda a sociedade brasileira, hoje ameaçada pela barbárie e pela redução da democracia.

No dia 30 de maio ocorreu o segundo dia de mobilizações convocado pelos estudantes da educação básica e superior, e encampadas por diversas entidades, em defesa da educação e contra a reforma da previdência. Nesse dia, 24 estados e o Distrito Federal tiveram suas ruas ocupadas por milhares de pessoas exigindo um basta nas políticas de austeridade que fragilizam o funcionamento da educação como direito público.

Nós da ANFOPE estivemos juntas e juntos, fortalecendo o movimento e empunhando nossas bandeiras de luta em defesa da formação e valorização dos profissionais da educação e da escola pública, gratuita, laica, plural e de qualidade referenciada no social.

Podemos avaliar que as mobilizações em defesa da educação pública contribuem para uma unidade política progressista de resistência ao cenário atual – que coloca em prática um projeto de fragmentação e fragilização, para retirada da autonomia das instituições públicas educativas e caminhar para uma via de privatização, que repudiamos veementemente.

No entanto, não nos calaremos. Resistiremos.

CONTRA o FUTURE-SE: privatização da Universidade pública

Como os cortes na educação prejudicam a educação pública?

A oferta e a qualidade da educação pública, hoje, já se encontra comprometida com a Emenda Constitucional 95 – regime fiscal da política de austeridade adotada pelos Governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-vigente), que altera os trâmites constitucionais do direcionamento e gasto obrigatório de verbas públicas em áreas sociais, entre elas, a educação, estabelecendo um teto sem reajustes anuais, por 20 anos. Ou seja, a cada ano, o contingente de verbas a ser direcionada para educação irá diminuir.

Os cortes anunciados pelo governo Bolsonaro fazem parte de uma política de austeridade, mas também constituem uma estratégia de chantagem para se aprovar a reforma da previdência e forçar a privatização da educação pública, principalmente das Universidades Federais. Os dirigentes das IFES já anunciam que com os cortes de verbas irão faltar recursos para manutenção básica das instituições e a continuidade das suas ações, inviabilizando, já neste segundo semestre, o funcionamento pleno das atividades, a compra de equipamentos e itens e a capacitação dos profissionais da educação. Os cortes afetam ainda a produção científica, tecnológica e cultural, as políticas de ações extensionistas, e os serviços prestados à população, inviabilizando, qualitativa e quantitativamente um trabalho de ampla relevância social. O desfinanciamento proposto pelo atual governo compromete a garantia do direito à educação, prejudicando toda a sociedade, e impacta negativamente a formação, a carreira e as condições de trabalho dos profissionais da educação.

Agora, mais um ataque se apresenta: o FUTURE-SE. A Anfope Bahia elaborou um dossiê que ajuda a entender mais esse desmonte da educação pública. Acesse nosso site:

<http://www.anfope.org.br/nao-ao-desmonte-a-privatizacao-e-a-descaracterizacao-da-universidade-publica-nao-ao-retrocesso-renomeado-de-future-se/>

XII SEMINÁRIO NACIONAL de FORMAÇÃO de PROFESSORES

XL REUNIÃO NACIONAL DO FORUMDIR

I SEMINÁRIO NACIONAL DO FORPARFOR E FORPIBID RP



A **ANFOPE** em parceria com **FORUMDIR**, **FORPARFOR** e **FORPIBID RP** promove evento conjunto com a temática **Formação de Professores: políticas, projetos, desafios e perspectivas de resistência**, na UFBA, em 16 a 19 de setembro.

Com mais de 1300 inscritos e 720 trabalhos aprovados, o XII Seminário Nacional de Formação de Professores, espera ampliar a capilaridade das discussões político-acadêmicas ancorando construções epistemológicas que embasam as bandeiras em defesa do direito à educação e da elevação continuada da qualidade da formação, em uma perspectiva democrática e emancipatória.

Veja a programação em <https://www.even3.com.br/xiiseminarionacionalanfope2019/>

Atualize-se: acesse nosso site www.anfope.org.br

Acesse as notas assinadas pela Anfope:

Não a violação dos direitos de crianças e adolescentes! Não ao trabalho infantil! 17/07/19
Contra os cortes na Educação, Ciência e Tecnologia! 10/05/2019

Mais notícias:

- ✓ **ANFOPE convoca seus associados a fortalecerem a paralização nacional do dia 13 de agosto 09/08/19**
- ✓ **Não ao desmonte, à privatização e à descaracterização da Universidade pública! NÃO ao RETROCESSO renomeado de FUTURE-SE! 09/08/2019**
- ✓ **Anfope assina junto com outras entidades nacionais Nota pública contra o trabalho infantil. 17/07/2019**
- ✓ **ANFOPE convoca associados para Assembleia Geral Extraordinária. 16/07/2019**
- ✓ **“DIÁLOGOS ABERTOS”: o que nos une na defesa da Educação? 13/06/2019**
- ✓ **Anfope apoia o Forpibid em sua manifestação em favor do IFAL. Contra a censura e pela liberdade de expressão! 03/06/2019**
- ✓ **Anfope apoia o movimento dos professores das Universidades do Estado da Bahia – UNEB, UESF, UESB e UESC 27/05/2019**
- ✓ **GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA mobiliza cerca de dois milhões de pessoas. 17/05/2019**

FILIAÇÃO A ANFOPE: Atualização em 2019

Fortaleça nossa luta: atualize seu cadastro no site e efetue o pagamento da Anuidade 2019:

- Profissionais da educação/ensino superior: R\$ 120,00
- Profissionais da Educação Básica: R\$ 75,00
- Estudantes: R\$ 50,00

INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO DA ANUIDADE 2019

- 1) Entre no site da ANFOPE - <http://www.anfope.org.br>
- 2) Clicar em Associe-se
- 3) Preencha a Ficha eletrônica e clique em enviar.
- 4) Faça a transferência bancária ou depósito do valor da anuidade para a conta:
ANFOPE Nacional – CNPJ 66.075.110/0001-20
Banco do Brasil - Agência: 4405-9 - Conta Corrente – 9.514-1
- 5) **IMPORTANTE!** É necessário o envio do comprovante de depósito para o e-mail anfope.diretoria@gmail.com. Ainda não está disponível a opção de pagamento com boleto bancário ou cartão de crédito.

AGENDA 2019

SETEMBRO

DIAS 16, 17 e 18 de setembro de 2019

Salvador/Bahia (UFBA): **XII Seminário Nacional de Formação de Professores**
Encontro conjunto da ANFOPE, FORUMDIR, FORPAFOR e FORPIBID.

Dia 18 de setembro de 2019, as 14 horas no Auditório da FAGED /UFBA:

Assembleia Geral Extraordinária da ANFOPE

Ponto único: Deliberar e aprovar alterações no Estatuto da Anfope

OUTUBRO

DIAS 20, 21, 22, 23 e 24 de outubro de 2019

Niterói/RJ (UFF): 39º. Reunião Nacional da ANPED.

<http://39.reuniao.anped.org.br/>

Para envio de informações nos contate: anfope.diretoria@gmail.com

FILIE-SE À ANFOPE ATRAVÉS DO SITE:

<http://www.anfope.org.br/>

Organização e Redação deste Boletim:

Deise Ramos da Rocha; Kátia Augusta Curado; Lucília Augusta Lino; Suzane da Rocha Vieira Gonçalves.